

**CAMINHOS DE MINAS: A LEI ROBIN HOOD, AS POLÍTICAS  
PRESERVACIONISTAS LOCAIS E A CONSTRUÇÃO DE  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

**Luciana Christina Cruz e Souza<sup>1</sup>**

**Nilson Alves Moraes<sup>2</sup>**

**Resumo:** o presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica instituída pela Lei Robin Hood para a promoção de políticas locais de preservação – configuradas e executadas nos municípios de Minas Gerais. Para tanto, analisaremos o papel dos Conselhos Municipais de Patrimônio no processo de seleção e institucionalização de bens e manifestações culturais. Compreendendo o patrimônio institucionalizado como resultado de seleções que contribuem na construção de representações sociais, o presente trabalho avalia a configuração das políticas preservacionistas considerando que as mesmas se dão num campo de disputa política e simbólica cuja dinâmica é legitimada pelo Governo do Estado de Minas Gerais através do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG).

**Palavras-chave:** patrimônio, preservação, políticas públicas, representação social.

**Summary:** This paper aims to analyze the dynamics created by Law Robin Hood in the induction of local conservation policies set and implemented in the municipalities of Minas Gerais. It analyzes the role of the Councils Municipal Heritage in the selection process and institutionalization of goods and cultural events. Understanding equity as an element that contributes to the construction of social representations, this paper evaluates the configuration of preservationist policies whereas those that give a field of political dispute and whose symbolic dynamics appears legitimized by the state government of Minas Gerais through the State Institute of Historic and Artistic

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). [lucianaccsouza@ig.com.br](mailto:lucianaccsouza@ig.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela PUC/São Paulo e Pós-Doutor pelo CESLA. Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). [nilsonmoraes@gmail.com](mailto:nilsonmoraes@gmail.com)



Heritage (IEPHA /MG).

**Keywords:** heritage, preservation, public policy, social representation.

Para falar e pensar cientificamente sobre Minas Gerais é necessário deixar fluir e promover um encontro entre a rigidez do método científico, a poesia, o encantamento e saber ir além das palavras. Muito já se falou, ainda se vai falar e cantar de Minas Gerais, seja através de sua arte barroca, de sua arquitetura, dos sabores das fazendas, dos queijos, das estradas de ferro e de tantas outras referências consideradas como patrimônio e que constituem representações desta vasta região. Minas Gerais, no imaginário e discursos se (re)inventa em diferentes narrativas patrimoniais. Tais elementos ajudaram a construir imagens de uma terra hospitaleira, atraente por suas riquezas culturais e ambientais. Estas, por sua vez, resultam de um trabalho de seleção e de institucionalização de patrimônios que de forma alguma é executado com neutralidade: traduz concepções, projetos, interesses e demandas dos grupos que o executam. Nesse sentido, os bens patrimonializados apresentam uma percepção do mundo social cuja seleção foi fruto de consensos negociados em arenas políticas e simbólicas específicas.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias de promoção de políticas preservacionistas em Minas Gerais através de dinâmicas instituídas pela Lei Robin Hood – instrumento jurídico pioneiro elaborado para potencializar o processo de descentralização das responsabilidades dos entes federativos. Considerando que tais estratégias envolvem a participação da sociedade civil, mostra-se necessária a reflexão sobre a atuação dos Conselhos Municipais de Patrimônio e seu papel nas decisões sobre políticas preservacionistas. Estas, por sua vez, serão analisadas à luz do seu potencial de influência sobre a construção de representações sociais a partir da patrimonialização de bens culturais, orientada e legitimada pelo Governo do Estado de Minas Gerais através do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG).

## **1 – A preservação do patrimônio e o IEPHA em Minas Gerais**

Pensar políticas preservacionistas implica, primeiramente, definir o que está sendo tratado como preservação do patrimônio. A preservação trata-se, principalmente, da manutenção permanente de elementos capazes de evocar a memória e a história de

grupos sociais, os quais remetem a um processo de identificação e reconhecimento cultural. Esses elementos, nomeados e institucionalizados como patrimônio, marcam existências no tempo: despertam sentimentos e emoções sobre o passado a partir do presente. Nessa perspectiva delineiam-se as práticas de preservação, aqui consideradas pela definição de Leila Mendes de Vasconcellos e Maria Cristina F. de Mello:

[...] a preservação é uma ação global voltada para a proteção de um bem cultural na sua totalidade, contra qualquer dano ou degradação, através de instrumentos legais. [...] A conservação, no que se refere ao patrimônio, é um termo abrangente para definir tipos de medidas destinadas a manter ou restabelecer a "saúde" física de edifícios. Existem vários graus de intervenção conservativa, o mais leve é a manutenção preventiva e o mais sofisticado é a restauração (2008:62).

As autoras, ao conceituarem preservação, tem como referência a Carta de Veneza (1964) que trata a conservação e a restauração como um conjunto de ações que visam à manutenção permanente dos bens. No documento, tais operações contribuem para a salvaguarda – ideia que se coloca, portanto, como postura que não inclui intervenções diretas, mas compreende ações políticas e instrumentos jurídicos de proteção, aproximando-se do conceito de preservação trabalhado por Leila Mendes de Vasconcellos e Maria Cristina F. de Mello (2008).

É possível pensar a preservação, portanto, como a promoção de instrumentos legais de proteção e de políticas públicas voltadas à manutenção permanente dos bens, que revela diferentes ênfases e prioridades sociais conforme o contexto de execução. A preservação garante – ainda que em teoria – a execução de ações de conservação e restauração que evitem as descaracterizações, o desgaste natural ou a destruição humana voluntária dos bens e manifestações. Os instrumentos legais relacionados às ações de preservação seriam o tombamento e o registro, os quais protegeriam ou controlariam as referidas transformações dos bens e se sustentariam por meio de documentações técnicas que justificassem e legitimassem a seleção dos bens patrimoniais. Tais instrumentos tratam-se de intervenções do Estado, executadas pelo Poder Executivo e justificadas como de interesse público; em nível administrativo local são deliberadas ou consultadas, por vezes, em Conselhos Municipais de Patrimônio. Essas medidas mobilizam forças sociais na tentativa de garantir a continuidade do patrimônio no tempo, e tendem a assegurar a manutenção permanente através de ações (de conservação ou restauração) que atentam à especificidade de cada bem patrimonial, seja ele de natureza tangível ou intangível, cultural ou natural. E para tanto demanda a mobilização de meios – com destaque para os instrumentos jurídicos, tais como leis, decretos, resoluções e deliberações normativas – à disposição de atores políticos.

Interessa ressaltar que a patrimonialização de bens culturais trata-se de um processo de seleção e institucionalização de bens considerados de caráter diferencial que se destacam perante os demais, mas que são, ao mesmo tempo, representativos de um conjunto maior de exemplares culturais. Esse é um trabalho de leitura, de percepção do mundo social que, no caso mineiro, se revela orientado e legitimado pela agência estadual responsável por esse setor: o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). Tal instituto foi criado na década de 1970, quando as políticas de preservação do patrimônio mineiro se articulavam aos debates sobre a descentralização das responsabilidades políticas entre esferas governamentais. As discussões abarcavam as atividades preservacionistas, conferindo importância à integração das mesmas ao planejamento urbano e territorial. Nessa conjuntura o IEPHA/MG foi criado pela Lei estadual nº 5.775, de 30 de setembro de 1971, tendo como referência a dinâmica operacional do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

A criação do instituto confirmou a tendência descentralizadora em relação às ações de preservação, sustentando as colocações do I e II Encontro dos Governadores sobre a defesa do patrimônio nacional, em 1970 e 1971, quando se confirmou a necessidade da ação supletiva dos estados e dos municípios à atuação federal. Desde então, observou-se uma progressiva preocupação em contextualizar os bens culturais conforme as realidades regionais em que estariam inseridos, tornando-os objetos de políticas públicas localizadas.

## **2 – A descentralização das políticas preservacionistas pela dinâmica da Lei Robin Hood**

A partir do final da década de 1970, a atribuição de importância às especificidades regionais passou a ser acompanhada por uma crescente imposição de responsabilidades à esfera municipal, concretizadas finalmente pela Constituição de 1988. A Carta Magna oficializou o discurso municipalista, estabelecendo que as questões de diferentes ordens poderiam ser ajustadas localmente. O entendimento era de que o governo local seria a unidade político-administrativa que ofereceria melhores condições para a gestão da vida pública, contando com a participação da sociedade organizada na configuração de políticas em diferentes setores.

Ao mesmo tempo, a Carta Magna ampliou a definição de patrimônio cultural, e através do seu artigo 216 atribuiu novos contornos ao seu significado. Até então, a

definição conferida pela Constituinte de 1967 considerava os “[...] os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”<sup>3</sup> sob proteção do Poder Público. Atribuía-se importância aos bens associados à materialidade, fruto de ações humanas ou produtos da natureza. Em 1988, o texto constitucional já estendia o conceito para os elementos intangíveis que permeiam a existência humana, considerando as manifestações e as tradições culturais representadas como bens “[...] de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”<sup>4</sup>. Tal definição ampliou expressivamente o alcance das ações preservacionistas, gerando um descompasso entre as demandas e as efetivas possibilidades de atuação dos entes municipais na preservação do patrimônio.

Interessa refletir sobre esse processo de descentralização das políticas preservacionistas pela perspectiva de Fernando Abrucio (2006) que atenta para a necessária articulação entre a distribuição de responsabilidades e as ações coordenadas entre os entes federativos na configuração de políticas públicas. O autor sustenta que a atribuição de responsabilidades instituída pela Constituição de 1988 não foi acompanhada de processos de coordenação intergovernamental, gerando indefinição quanto à atuação dos entes federativos.

[...] uma crença bem intencionada, porém ingênua, quando não perversa, instalou-se desde a Constituição de 1988: os municípios resolveriam sozinhos seus problemas de políticas públicas, bastando repassar o poder e os recursos para isso. Ora, em nossa Federação tal proposição é falsa em termos econômicos, sociais e no âmbito das instituições e da competição política local. Os governos municipais, na sua maioria, não têm renda, capital humano ou social, afora uma burocracia meritocrática, para equacionarem seus problemas coletivos e de políticas públicas sem a ajuda de um ente superior e/ou da cooperação horizontal no plano regional (ABRUCIO, 2008, pp. 303-304).

Nesse quadro, Abrucio afirma a carência de estratégias indutivas à realização de políticas locais para a superação das desigualdades regionais. O que se observou, portanto, foi a insuficiência municipal para o trato de questões complexas que exigiam condições técnicas e financeiras difíceis de serem atendidas.

Para lidar com esse desequilíbrio, o Estado de Minas Gerais desenvolveu, a partir da década de 1990, iniciativas legais que trouxeram novas perspectivas no campo das

---

<sup>3</sup>Constituição de 1967, Capítulo IV, Artigo 172, Parágrafo Único. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm).

<sup>4</sup>Constituição de 1988, Seção II, Artigo 216. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

políticas públicas, retomando a importância da cooperação entre os entes federativos por meio de incentivos financeiros. Enquanto estratégia de manutenção da descentralização de responsabilidades políticas, um dos mais conhecidos exemplos foi o conjunto de leis estaduais voltadas à redistribuição de recursos provenientes do Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS)<sup>5</sup>. Em 28 de dezembro de 1995, foi instituída a Lei Estadual 12.040 que ficou popularmente conhecida como “Lei Robin Hood” por estabelecer uma série de critérios redistributivos que beneficiavam, entre outras áreas, o patrimônio cultural. O instrumento legal foi substituído posteriormente pelas Leis Estaduais nº 12.428 de 1996, nº 13.803 de 2000 e pela Lei Estadual nº 18.030 de 2009, mas todas elas permaneceram conhecidas como “Lei Robin Hood” e consagraram-se como pioneiras (no Brasil) à promoção de políticas públicas locais de preservação.

Tais instrumentos possibilitaram novas configurações no repasse de recursos em Minas Gerais: a ideia era equalizar as quantias distribuídas aos municípios ricos e pobres, evitando as grandes discrepâncias entre ambos e incentivando o desenvolvimento daqueles últimos. Sobre as verbas referentes à preservação do patrimônio, coube ao IEPHA definir os critérios para a sua distribuição. Através de pontuações o instituto passou a avaliar as ações adotadas pelos governos locais, estabelecendo acréscimos no repasse aos municípios que evidenciassem políticas preservacionistas conforme atributos e critérios definidos pela própria agência através das Resoluções 01/1996, 01/1997 e 01/2000, e Deliberações Normativas 01/2002, 02/2002, 01/2004, 01/2005 e 01/2009.

### **3 – A configuração das políticas preservacionistas e a atuação dos Conselhos Municipais de Patrimônio**

A Lei Robin Hood produziu inúmeras transformações no campo do patrimônio, possibilitando novas relações entre o governo estadual, as prefeituras e a sociedade na execução de políticas públicas preservacionistas. A partir da lei, a dinâmica estabelecida nos municípios passou a se focar em patrimônios de importância local, tendo como base as orientações dadas pelo IEPHA/MG das Resoluções e Deliberações Normativas. As políticas executadas deveriam ser registradas e documentadas em conformidade com as

---

<sup>5</sup> Cabe destacar que o repasse do ICMS foi determinado pela Constituição de 1988 que definiu em 25% a distribuição entre os municípios do valor total arrecadado, sendo ¼ desse percentual disposto conforme determinações da legislação estadual.

exigências e orientações do instituto – condições impostas para a pontuação a ser revertida como recurso financeiro. Para tanto, a agência estadual criou mecanismos de controle e padronização dos trabalhos municipais, conduzindo a atuação das Prefeituras no trato com o patrimônio como dimensão da gestão urbana. As normativas do IEPHA condicionaram as ações municipais à existência de um corpo técnico na Prefeitura para a condução das ações preservacionistas, além da instituição de Conselhos Municipais de Patrimônio. Para atender a tais exigências e orientações, o Poder Executivo municipal mobilizou funcionários nas ações de preservação, conduzidos por instrumentos de diretrizes urbanísticas - como o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo – e pela atuação dos conselhos. A criação destes últimos respondeu a uma tendência gestora nacional na qual a distribuição de responsabilidades governamentais se articulava a um projeto participatório e de extensão da cidadania que se encontrava em desenvolvimento desde década de 1980 – e apresentava ressonância no fortalecimento dos movimentos sociais (DAGNINO, 2002).

Tais instâncias foram constituídas como consultivas ou deliberativas – de acordo com a legislação de sua criação e regimento interno – por segmentos da sociedade e representantes do governo municipal. Esses conselhos passaram a funcionar por meio de regras normativas sugeridas pelo IEPHA, atuando em consonância com as orientações do instituto com vistas ao repasse de recursos do ICMS (STARLING, 2009). As políticas preservacionistas passaram a ter o crivo desses conselhos, os quais se formaram como arena política através da qual agentes do poder público municipal e membros da sociedade civil estabeleciam conflitos, divergências e negociavam consensos. Nesse processo, a articulação entre Estado (na esfera estadual e municipal) e a sociedade civil passou a se revelar necessária à legitimação das ações de preservação.

As exigências para a criação de Conselhos Municipais de Patrimônio dialogaram com as tendências contextuais de ampliação da participação social na configuração de políticas públicas. Estudo realizado por Mônica B. L. Starling (2009) revela que esse movimento político – apesar de instituído desde a Constituição de 1988 – ganhou força em Minas Gerais a partir da promulgação da Lei Robin Hood, indicando que tais instâncias se proliferaram entre os municípios condicionando sua atuação à redistribuição do ICMS. Segundo a autora, apenas 15 municípios haviam criado conselhos de patrimônio antes da vigência da lei, sendo eles Belo Horizonte, Betim, Cataguases, Congonhas, Divinópolis, Ituiutaba, Machado, Morro do Pilar, Santa Luzia, Paracatu, Poços de Caldas, Sete Lagoas, Três Corações, Visconde do Rio Branco e

Antônio Carlos (STARLING, 2009). Relatório elaborado pela Fundação João Pinheiro – entidade pertencente ao governo de Minas Gerais que realiza apoio técnico à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – no ano de 2008 constata que o processo de instalação dessas instâncias se deu de forma gradual, configurando-se como uma política cultural local:

A comprovação da instituição de conselhos municipais de patrimônio cultural passa a fazer parte das exigências do Iepha a partir do exercício de 1999. Nesse ano, o órgão estadual de patrimônio passou a ser mais criterioso com relação à estruturação, pelo município, do que ele conceituava como Política Cultural Local. Os dados disponíveis evidenciam que 69% dos municípios criaram seus conselhos no período 2001 – 2005. Destes, 38,5% instituíram seus conselhos em 2005.<sup>6</sup>

Quando a criação dos conselhos tornou-se uma exigência<sup>7</sup> para que os municípios fossem contemplados com os recursos previstos em lei, tais instâncias multiplicaram-se em Minas Gerais: em geral de caráter paritário<sup>8</sup>, contaram com a presença de representantes de entidades religiosas, membros de associações comunitárias, profissionais liberais ou de notório saber e integrantes de associações de cunho cultural referentes às tradições populares (STARLING, 2009). Em teoria, a referida composição contemplaria diversos segmentos da sociedade e mobilizaria forças para nomear patrimônios que representassem a pluralidade cultural dos municípios. Essa diversidade abarcada pelos conselheiros apontaria, portanto, para uma ampliação da participação da sociedade sobre as políticas preservacionistas, resultando em impactos mais amplos para todo o município.

Caracterizados como instâncias capazes de expressar diferentes interesses, os conselhos municipais constituiriam uma arena adequada à seleção de bens culturais a serem institucionalizados como patrimônio. Mas importa pensar a dinâmica de formação e funcionamento desses conselhos para entender a patrimonialização como fruto de negociações, conflitos e demandas dos grupos presentes nessas arenas. Desde o princípio instituiu-se que a configuração legal dos conselhos se daria por intervenção do poder público – responsável pela redação das leis e regimentos que fundamentam suas atividades. Para alguns autores tal dinâmica poderia influenciar a própria composição dessas referidas instâncias, pois as mesmas se conformariam às demandas e interesses

---

<sup>6</sup> Relatório disponível em:

<<http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/82-servicos-cepp/74-descentralizacao-das-acoes-na-area-do-patrimonio-cultural>> Acesso em 10 de abril de 2012.

<sup>7</sup> A partir da Resolução 01/97 direcionada ao Ano de Exercício de 1999.

<sup>8</sup> A referência utilizada para a abordagem dos Conselhos Municipais de Patrimônio refere-se ao estudo desenvolvido por Mônica B. L. Starling (2009) onde a autora analisa 385 municípios e faz um apanhado geral sobre a composição dos conselhos e suas atividades - registrados em ata e em regimentos internos.



do poder público e atuariam no sentido respaldar, de forma acrítica, as ações deste último, prejudicando seu potencial democrático (ABRANCHES; AZEVEDO, 2004).

Ainda assim, a exigência da publicidade de atuação dos conselhos, associada à convocação pública das reuniões, reforçaria a possibilidade de acesso da população à configuração das políticas preservacionistas. Portanto, é preciso considerar os conselhos de patrimônio como espaços de interlocução entre a sociedade e o Estado, constituídos por diferentes sujeitos marcados por vivências individuais e coletivas. Nesse sentido, as decisões sobre as políticas preservacionistas dar-se-iam numa arena onde atores com diferentes concepções de mundo, demandas e crenças – sujeitos a constantes influências nas esferas pública e privada – negociariam consensos em nome de um interesse comum. Evelina Dagnino (2002) sugere o reconhecimento dessa pluralidade como o primeiro passo para a convivência democrática nos espaços públicos, sendo um ponto de partida para o processo de busca por princípios comuns. Em torno destes a articulação das diferenças possibilitariam a configuração do interesse público. Para a autora, esses espaços também serviriam de canais de expressão e de reivindicação de direitos dos excluídos da cidadania, possibilitando, em casos bem sucedidos, a mobilização e o envolvimento de movimentos sociais. Nesse caso, é possível pensar que uma arena política dessa natureza possibilitaria o reconhecimento de manifestações culturais diversas como patrimônio.

Nesses conselhos setoriais se estabelece uma profícua relação entre o Estado e a sociedade (organizada ou não), mas não há como perder de vista que ali também se estabelecem confrontos sobre monopólios de força e pela partilha de poder. É preciso destacar que essas arenas políticas refletem a desigualdade entre os grupos que se fazem presentes: aqueles mais organizados detêm mais recursos, competências e condições de associação e mobilização de interesses, reduzindo os atores mais pobres e marginalizados – ou até mesmo os grupos estigmatizados – ao anonimato ou, em casos extremos, ao silêncio. Estes atores sujeitam-se à desqualificação política por parte dos demais sujeitos que compõem a arena, muitas vezes por não possuírem qualificações comumente exigidas à participação nesses espaços. Trata-se de um saber técnico especializado – compreendido por conhecimentos acerca do funcionamento do Estado, da máquina administrativa, e dos aparatos legais que sustentam as políticas públicas – cuja aquisição demanda tempo e recursos financeiros; condições essas que os grupos marginais ou subalternos, em geral, não possuem e que se impõem, ou são impostas, como necessárias às atividades dos conselhos. Esse quadro pode perpetuar a

desigualdade entre os grupos, conservando uma espécie de monopólio, ou hegemonia, de interesses e demandas por parte de determinados atores.

Pela perspectiva de Michael Walzer (2008), é possível pensar que o pluralismo da sociedade civil pode ser expressivamente reduzido. Nesse sentido, o autor sugere que o fracasso do modelo político liberal em lidar com as desigualdades persistentes indica a necessidade de uma reavaliação do processo democrático para torná-lo mais participativo. Por esse viés, a dinâmica estabelecida entre o poder público e os conselhos municipais aponta para o desafio contemporâneo de se configurar políticas de patrimônio numa realidade multicultural em que se busca o reconhecimento (civil e jurídico) da diversidade e a garantia de manifestação da pluralidade. Espera-se que nesse campo se articulem interesses diversos para garantir a efetiva participação de grupos subalternos e marginalizados na configuração de políticas culturais. Políticas essas que devem atentar para as demandas introduzidas por movimentos sociais, tendo como foco a diversidade cultural e as especificidades dos sujeitos sociais reconhecidas e legitimadas através do patrimônio.

#### **4 – A construção de representações sociais através das políticas preservacionistas**

Pensar as políticas preservacionistas exige considerar que as mesmas configuram-se a partir de escolhas elaboradas numa arena onde a pluralidade cultural se faz ou não presente. E é nesse *locus* que os consensos são negociados para responder as demandas estratégicas de seus distintos atores (ABRANCHES; AZEVEDO, 2004). Portanto, a seleção do que é ou não patrimônio pode ser efetuada por determinados grupos – com destaque para aqueles mais organizados, com maiores condições de mobilização política – e pode se voltar à legitimação de formas de pensamento e de ação social (SCHEINER, 2004, pag. 165). No entanto, as políticas preservacionistas deveriam possibilitar a manifestação da diversidade (re)definindo espaços de representação das diferenças. Refletindo sobre esse tema, Jérôme Monnet (1996) problematiza, pela perspectiva do urbanismo, as práticas de preservação do patrimônio. De acordo com ele, as mesmas deveriam se pautar na defesa de um pluralismo cultural, na multiplicidade de interesses e apropriações, mas o próprio discurso que fundamenta tais práticas, por sua vez, sustenta-se na ideia de consenso:

[...] a violência nunca está presente na história urbana, representada como justaposição progressiva e harmoniosa dos estilos e épocas. Do mesmo modo, as segregações sociais, as opressões econômicas, as tiranias, a insalubridade ou a marginalização das mulheres, tudo isso se funde e desaparece em um *continuum* que reintegra o vernacular e o monumental, o povo e as elites, a tradição e o progresso, em uma imagem simples e

gentil da “cidade de antes da crise”. [...] A proteção do patrimônio dependeria, então, da defesa dos particularismos, da heterogeneidade e da diversidade. Ora, o que há de mais universal do que a ideologia do patrimônio? (MONNET, 1996 p.222).

Para o autor, essas políticas também se fundamentam em vontades consensuais de proteção ao patrimônio, criadoras de representações igualmente consensuais sobre o passado. Cabe questionar, portanto, se haveria espaço para a pluralidade nos consensos que, por vezes, parecem inventados.

Nesse caso interessa, então, pensar o silenciamento das diferenças, dos conflitos, por meio de exemplares patrimoniais cuja função é representar um conjunto social. O trabalho de seleção e de institucionalização do patrimônio é também um trabalho de leitura, de percepção do mundo, e os mesmos de forma alguma são executados com neutralidade: traduzem concepções, projetos, interesses e demandas dos grupos que os executam em instâncias políticas. Tais exemplares fazem reconhecer uma identidade social, remetem a memórias individuais e coletivas marcando a existência de uma coletividade num dado espaço e tempo. Esses bens nomeados como patrimônio sobrepõem-se a outros exemplares que remetem a diferentes formas de ser e estar no mundo. Esse exercício de poder simbólico – sustentado por uma distribuição desigual das representações – faz ver e faz crer, confirma ou transforma, visões de mundo e de ação sobre o mundo (BOURDIEU, 1992).

Nesse sentido, formulam-se narrativas patrimoniais que podem induzir a representações sociais. Daí mostra-se necessário retomar a relação intrínseca entre patrimônio e experiência coletiva para se pensar em representações sociais. Assumindo a perspectiva da Psicologia Social, entende-se as representações sociais como diversas numa mesma sociedade, dependentes diretamente do contexto em que estão inseridas. Elas são socialmente elaboradas e partilhadas e concorrem à construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001). Esse processo se dá em terrenos de disputas, conflitos e consensos, funcionando como estratégia simbólica de determinados grupos os quais formulam um ser-percebido num dado contexto histórico-cultural e que competem para estabelecer a hegemonia de suas representações (MOSCOVICI, 2011). Nesse sentido, as narrativas patrimoniais – formadas por patrimônios institucionalizados – acabam por constituir representações sociais que, partilhadas por uma coletividade, influenciam leituras e interpretações sobre o mundo.

Essas representações – (re)construídas em terrenos de disputas – funcionam como estratégia simbólica de grupos hegemônicos que (re)formulam um ser-percebido por meio das narrativas patrimoniais. É nesse sentido que Mendonça (1996) afirma que os esquemas de percepção e de pensamento acabam por refletir essa hegemonia, fazendo

valer um corpo de valores ou códigos partilhados por um conjunto social. Seria, portanto, um longo trabalho simbólico que se completa na legitimação estatal – por parte da agência estadual de patrimônio – de representações que silenciam conflitos e diferenças. O tema possibilita a reflexão sobre os limites da democracia pela perspectiva do patrimônio, suscitando a problematização sobre “[...] quem tem capacidade ou possibilidade de definir e orientar ações e garantir sua continuidade ou mudança, capacidade de pautar e se fazer permanente e como o faz [...]” (MORAES, 2009, p.03), apontando para a atuação da sociedade civil e do Estado os quais selecionam e institucionalizam o que “merece” ser preservado.

Mas pensar a atuação dos Conselhos Municipais de Patrimônio em Minas Gerais exige considerar a contribuição de sua experiência no sentido de possibilitar a co-participação popular na configuração de políticas preservacionistas. Essa experiência se articula às novas tendências de abordagem do patrimônio e da democratização da sua gestão, que incluem o compartilhamento com a sociedade das decisões referentes ao patrimônio cultural (STARLING, 2009). O que se problematiza aqui são as representações construídas através das narrativas patrimoniais que ofuscam as disputas, os conflitos, a diversidade, silenciando outros cantos e encantos que agregam valor às vivências coletivas das localidades. O patrimônio encontra-se, portanto, num campo de disputa política e simbólica por grupos componentes do Estado e da sociedade civil: desde o processo de seleção dos bens a serem patrimonializados até os usos dos mesmos manifestam interesses, demandas, crenças e concepções de mundo. Nesse sentido, as políticas de patrimônio

[...] constituem um poderoso vetor de mobilização do inconsciente coletivo sobre determinadas representações constitutivas do imaginário social, concorrendo para a manutenção, reforço ou mesmo anulação de relações específicas de poder e de certas formas identitárias, convenientes a determinadas ideologias (SCHEINER, 2004, p.184).

Aqui se retoma as idéias de Walzer (2008) para se pensar a partilha de poder como estratégia de reavaliação do processo democrático no sentido de torná-lo mais participativo. Para o reconhecimento da diversidade e o fortalecimento de grupos marginalizados – capacitação e dotação de recursos para mobilização de demandas e interesses – a presença do Estado revela-se necessária na mediação entre sujeitos sociais desiguais. Nesse sentido, a política deve partir do reconhecimento da heterogeneidade para buscar a igualdade entre os sujeitos e superar o que Evelina Dagnino (2002) chama de peso de uma matriz cultural hierárquica.

Nesse sentido, cabe observar que a configuração das políticas preservacionistas exige a participação de diferentes grupos sociais para que se realizem confrontos entre projetos e concepções no processo de construção de representações sociais. Nessa arena, ainda que se negociem consensos, é possível que as diferenças se articulem em torno de um interesse comum, público, viabilizando diferentes ações que possam contemplar a pluralidade de bens, manifestações e sujeitos sociais. Nesse sentido, o patrimônio - enquanto instância de representação - contribui para a construção dos fundamentos éticos das políticas de tolerância cultural, possibilitando a manifestação da diversidade enquanto condição para se representar as diferenças.

## **5 - Considerações Finais**

No campo do patrimônio, em Minas Gerais, o processo de descentralização de responsabilidades dos entes federativos foi acompanhado de um projeto de cooperação entre estado e municípios, sustentando-se numa dinâmica de investimento em preservação com a contrapartida de aquisição de recursos pela redistribuição do ICMS. A Lei Robin Hood revelou-se, portanto, um instrumento indutor de políticas preservacionistas locais, atribuindo ao IEPHA/MG o papel de avaliá-las. Para tanto, o instituto publicou resoluções e deliberações que pautaram as atividades municipais e normatizaram os documentos comprobatórios referentes a estas ações. Sendo assim, a agência tornou-se um referencial para as prefeituras, as quais se viram condicionadas às pontuações necessárias à aquisição de recursos do ICMS.

Partindo do entendimento de que as esferas municipais seriam adequadas ao tratamento das demandas populares devido à sua proximidade com os cidadãos, a criação dos Conselhos Municipais de Patrimônio revelou-se apropriada à participação de múltiplos atores e ao confronto entre projetos e concepções diversas. Presume-se que a expectativa era de que essa arena servisse como ponto de partida para a articulação de princípios e interesses comuns, sem o ofuscamento das diferenças entre os grupos ali posicionados.

O patrimônio – enquanto instância de representação – possibilitaria a manifestação da pluralidade desde que selecionado e institucionalizado com esse referido propósito: a escolha dos conselheiros deveria contemplar diferentes bens representativos da diversidade cultural dos municípios. Tal quadro traduz o desafio contemporâneo de elaborar projetos e executar políticas de preservação numa realidade

multicultural que busca o reconhecimento político da diversidade e a garantia de manifestação da pluralidade.

Sendo assim, espera-se das políticas preservacionistas que elas articulem interesses diversos e garantam as múltiplas possibilidades de manifestação cultural. O foco dessas políticas deve ser o reconhecimento da heterogeneidade do conjunto social, viabilizando canais de participação que coloquem em pauta a questão da democratização cultural. Mas o que desafio que se apresenta é o de superar dinâmicas nas quais somente determinados grupos consigam mobilizar interesses e se organizar politicamente, fazendo predominar suas escolhas referentes à patrimonialização que legitimam representações a serem partilhadas por um conjunto social num determinado contexto histórico-cultural. Nesse sentido, a pluralidade de interesses, concepções, projetos e demandas não podem ser ofuscadas nesse processo de configuração das políticas preservacionistas, uma vez que essa pluralidade se apresenta como condição necessária para que seja atribuído o caráter público às políticas públicas.

## **6 – Referências:**

ABRANCHES, Mônica; AZEVEDO, Sérgio. Capacidade dos Conselhos em influenciar políticas públicas: realidade ou mito? In: Orlando Júnior. (Org.). Governança Urbana e Poder Local. Rio de Janeiro: 2004.

ABRUCIO, F. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, S. (org). Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ABRUCIO, F. Metrópole: território, sociedade e política - o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008.

ARIMATEIA, K. O ICMS cultural como estratégia de indução para a descentralização de políticas de patrimônio cultural. Cadernos da Escola do Legislativo, v. 12, p. 165-201, 2010.

BIONDINI, I. V.F.; STARLING, M. B. L.; SOUZA, Níca R. M. A descentralização das ações na área do patrimônio cultural: o impacto da Lei Robin Hood nos municípios mineiros. In: XIV Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina. Avaliação de Políticas Públicas: Minas no Século XXI. Diamantina: UFMG, 2010.

BOTELHO, T. R. Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: uma análise da Lei ICMS Cultural de Minas Gerais. Revista Habitus, Goiânia, v.4, n.1, jan/jun 2006, pp.471-492.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo Paz e Terra- UNICAMP: 2002.

JODELET, Denise (Org.). As representações sociais. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais – investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2011.

MENDONÇA, Sonia. R. de . Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, RJ, v. 1, p. 94-125, 1996.

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 24 – Cidadania, p.220-228, 1996.

MORAES, N. A. Políticas Públicas, políticas culturais e museu no Brasil. Revista Museologia e Patrimônio, v. 2, p. 54-69, 2009.

SCHEINER, Tereza C. M. Imagens do não-lugar: Comunicação e o patrimônio do futuro. Tese de doutorado em Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil, 2004.

STARLING, M. B. L. Patrimônio, participação local e democracia: o papel dos conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais. Políticas Culturais em Revista, Belo Horizonte, v.1, 2009, pp. 140-156.

VASCONCELLOS, L. Mendes de, MELLO, M. Fernandes de. Terminologias em busca de uma identidade. Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte, v.6, dez. 2008.

WALZER, Michael. Política e paixão. Rumo a um liberalismo mais igualitário. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.